



Transferência e separações

Jacques André*, Paris

Cada análise concebe a separação dos dois protagonistas à sua maneira, conforme a transferência e suas modalidades sempre originais. O caso mais interessante é certamente aquele em que a separação está no cerne da questão, quando a impossibilidade psíquica de se separar prevalece sobre a vida sexual, relacional e sintomática do paciente – um dos sintomas sendo, às vezes, a multiplicação das experiências de tipo “psi”, podendo chegar à adição. De acordo com um dito espirituoso cínico, dizia-se: “O que é um estado-limite? Alguém que fez duas análises e três psicoterapias”. O desafio lançado à psicanálise poderia ser formulado nos seguintes termos: em que medida a experiência psíquica do tratamento pode construir, ou eventualmente criar, a capacidade de separar-se quando esta é deficiente ou mesmo quando não se constituiu? A aquisição da separação resulta de uma psicogênese, que pode fracassar totalmente ou em parte. A dinâmica da transferência disporia de meios para remediá-la? Imagina-se que a resposta não é nem simplesmente afirmativa, nem simplesmente negativa, pois cada analista teve alguma experiência com pacientes borderlines que poderiam certamente ilustrar uma experiência contrastante.

Descritores: Separação. Liquidação da transferência. Ausência. Sexualidade infantil. Fort/da.

* Membro da Associação Psicanalítica da França (APF), Professor de Psicopatologia da Universidade de Paris 7 – Denis Diderot, Diretor do *Centre d'Etudes en Psychopathologie* (CEPP).



Era a última sessão de Caroline, sua análise terminava nesse dia, após vários anos passados no divã. Ela se levantou, acertou suas últimas sessões e, no momento em que, como de costume, íamos apertar a mão na soleira da porta, mas pela última vez, ela disse: A gente não vai se despedir assim, quero te dar um beijo, unindo logo o gesto à palavra.

Dois anos mais tarde, Caroline me solicitou uma consulta. Entre os restos não analisados desse tratamento, algo sucedeu em torno das sessões às quais faltou e do pagamento destas. Caroline sempre se recusou a pagar as sessões que coincidiam com certas festas comemorativas de sua tradição familiar, a que um forte sentimento de solidariedade a impedia de faltar. De minha parte, eu sempre mantive a exigência de que o pagamento fosse feito sem que esse conflito tivesse encontrado solução durante a análise, pois Caroline sempre encontrava aí o meio de transformar a cena da transferência numa cena conjugal. Por não terem sido precisamente contadas as sessões em questão, a soma de uma “dezena” é que fixava entre nós a medida do litígio.

O que fez Caroline voltar dois anos mais tarde, para uma única consulta, foi a intensa angústia que acabara de sentir numa circunstância bem particular. Roubaram-lhe sua carteira de dentro da bolsa com todo o dinheiro que estava ali. Quando descobriu o furto, veio-lhe espontaneamente à mente a seguinte associação: “É o dinheiro de Jacques André!”. Uma espécie de autointerpretação selvagem que designava como “roubado” um dinheiro que ela sempre havia afirmado com veemência não dever. Essa consulta, então, era para me restituir o dinheiro em questão, aquele de uma “dezena” de sessões. No entanto, como não tinha certeza de que eu o aceitasse, trouxe somente a metade da soma!

Será que algum dia voltarei a ver Caroline e o dinheiro faltante? É difícil prever, mas não é o mais provável, pois esse resto entre nós é menos uma dívida que um traço-de-união, um traço de antisseparação.

Uma antiga tradução de Freud que se referia ao fim da análise e ao destino da transferência nesse momento terminal sugeria que ela precisava ser *liquidada*. A palavra [em francês como em português] soa estranhamente, pois tem o tom do assassinato. Às vezes a coisa é entendida com simplicidade, como o caso de um homem que se referia a uma primeira análise terminada há vários anos, achando importante acrescentar: “Pus fim à minha análise em concordância com meu analista.” Em todo caso, foi o que ele *quis* dizer. Conhecemos essa frase tão tranquilizadora quanto convencional, que é surpreendente ouvir também da boca de alguns psicanalistas que comentam nesses termos a conclusão de sua análise pessoal. Cai fora a ambivalência, a análise torna-se enfim mútua, mesmo que seja



somente na última hora, a dissimetria constitutiva da situação cede lugar a uma reciprocidade que se aproxima da amizade. Não foi por acaso que Ferenczi descreveu o fim do tratamento como o momento em que se separam “dois felizes companheiros”. Portanto, o homem *quis* dizer: “Eu pus fim à minha análise em concordância...”. Felizmente temos os lapsos, aqueles que demonstram muitas vezes uma apetência particular pelas frases convencionais, por aquelas frases já escritas, sem verdadeiro autor, que todos nós murmuramos quando a oportunidade se apresenta. Quando ele ia formular um pensamento consensual, foi, ao contrário, a ponta perturbadora do conflito que emergiu de repente. Ele diz: “Eu pus fim ao meu *analista*... Não...”. Tarde demais, o punhal acabava de cair e o assassinato, de acontecer.

Acerca do fim da análise, Freud formula as coisas nos seguintes termos: “No tratamento analítico, a própria transferência é objeto do tratamento e decompõe-se em cada uma de suas formas de manifestação. No término de uma análise, a própria transferência precisa ser [...] *abgetragen*” (1915-1917, p. 471)¹. Menos “coloquial” do que “liquidada”, a tradução atual escolheu “varrida”. A vassoura é menos radical, mas não muito mais respeitosa. O assassinato, apesar de tudo, causa mais efeito, ser morto é mais fiel ao amor-ódio de transferência do que simplesmente descartado. De “liquidada” a “varrida”, passa-se da tragédia ao drama doméstico. *Abgetragen* é uma palavra rara em alemão, seu sentido literal aproxima-se mais de *gasto*... Bela perspectiva, o tratamento ao desgaste. Como outro paciente que se pergunta, sem acreditar muito, se sua análise terá fim algum dia: “Quando é que você vai se aposentar?”

A observação freudiana de que a transferência deveria ser “decomposta em cada uma de suas formas de manifestação” aproxima esse trabalho de término do trabalho do luto. O luto é dor, mas o trabalho de luto, por sua vez, é mais especificamente desligamento, separação. Desfazer-se do morto, ou mesmo matá-lo pela segunda vez (de acordo com a expressão de Lagache). Até que a libido, que volta a estar livre, possa amar novamente. Deve-se pensar que a análise só está realmente terminada quando a transferência consegue atualizar a figura do assassinato, levar a cabo o movimento da transferência negativa? A ideia soa correta, e percebe-se bem o que há de defensivo (e não analisado) numa expressão como “eu pus fim à minha análise em concordância com meu analista”. Será que só existe dificuldade da parte do analisando? Nada é menos certo. Nem sempre é o paciente que tem dificuldade de terminar a análise. Pensemos numa versão

² OCF XIV, 470 (*GW*, 471). Sigo as indicações de tradução de Alexandrine Schniewind.



caricaturada da angústia de separação no analista que o faz propor ao seu paciente, o qual se tornou “psi”, ser seu primeiro supervisor.

A análise de Caroline é claramente uma daquelas análises que terminam sem estarem terminadas. A cena conjugal da transferência foi muitas vezes agitada, mas os golpes com um rolo de massa não são golpes de punhal. *Après coup*, formulei a dificuldade nos seguintes termos: a análise lhe permitiu menos enfrentar um pai do que *construir* sua figura. É difícil querer que uma única e mesma análise faça existir, dê a vida e mate ao mesmo tempo.

Cada análise vê a separação dos dois protagonistas “puxando a brasa para o seu assado”, a da transferência e a das suas modalidades sempre originais. O caso mais interessante para o nosso tema atual é certamente aquele em que a separação está no cerne da questão, quando a impossibilidade psíquica de separar-se reina sobre a vida sexual, relacional e sintomática do paciente – um dos sintomas sendo às vezes a multiplicação das experiências de tipo “psi”, chegando até a adição. Um dito espirituoso e cínico dizia outrora: “O que é um estado-limite? Alguém que fez duas análises e três psicoterapias”.

O desafio lançado à psicanálise poderia formular-se nos seguintes termos: em que medida a experiência psíquica do tratamento pode construir, ou eventualmente criar, a capacidade de se separar quando esta é falha, ou mesmo quando não se constitui? A aquisição da separação resulta de uma psicogênese, que pode fracassar total ou parcialmente. A dinâmica da transferência teria os meios para remediar isso? Imagina-se que a resposta não é nem simplesmente positiva, nem simplesmente negativa, pois todo analista que tem alguma experiência com pacientes *bordelirnes* poderia certamente descrever nesse sentido uma experiência contrastada.

A separação em si mesma é uma diferenciação, uma distinção e, como qualquer processo de diferenciação, ela repousa na negação, até mesmo na oposição: “Ele é ele, eu sou eu”. Toda separação traça ou encontra uma fronteira, uma linha de demarcação. Essa solidariedade entre a separação e a negação lembra uma evidência: seu processo não é primário, não pertence ao sistema inconsciente, ainda que seja inconsciente de um ponto de vista descritivo. Este é o caso da separação, como o de qualquer diferença, ela é contra o inconsciente, contra esse lugar psíquico que não conhece senão o “sim” da realização do desejo. A questão da diferença é um prisma que permite realizar um rápido inventário das diferentes escolhas psicopatológicas: a neurose é uma patologia do conflito, situa-se no ponto de confronto entre o “sim” do inconsciente, que só busca sua satisfação, e o “não” dos sistemas superiores da vida psíquica, aqueles que querem produzir a diferença: “sim, com minha mulher, não, com minha mãe”. Na neurose, as



diferenças são conflituosas. Mas existem outras patologias em que a invasão pelos processos primários paga o preço das diferenças ignoradas entre os sexos ou as gerações: a psicose, o preço do que opõe o fora e o dentro; a melancolia, o preço do que distingue os vivos dos mortos; o estado-limite, o preço daquilo que diferencia a ausência da perda, a separação do desaparecimento.

A designação *borderline* é paradoxal, uma vez que remete justamente a configurações psíquicas para as quais o traçado das fronteiras é incerto. Ninguém melhor que o analisando *borderline* confirma em que medida a separação não é uma experiência psíquica dada a todo mundo. E, no entanto, algo da separação faz parte dos requisitos de qualquer nova vida humana, ao menos sob duas formas: em primeiro lugar, o nascimento, que efetua objetivamente a primeira separação, e, em segundo, a relação com o objeto vital. Nenhum recém-nascido faminto beija seus próprios lábios, ele busca, espontaneamente, no exterior de si mesmo, a fonte de satisfação da necessidade. O objeto vital é mamífero, inato. Podemos então considerar a seguinte hipótese: quando a separação (a capacidade de se separar) é alcançada, ela se apoia em experiências primitivas que são primeiramente biológicas e instintivas – “apoio”, no entanto, é uma palavra insatisfatória, que desconsidera a complexidade que conduz e transforma o vital em psíquico. Inversamente, quando falha a capacidade de se separar, isso supõe que algo das condições primitivas inaugurais tenha sido danificado ou destruído. Destruído por quem, pelo quê, senão por uma resposta inapropriada e violenta do ambiente humano – o inconsciente obriga.

Dispor de uma capacidade psíquica para se separar nunca pôs ninguém ao abrigo da violência de um dilaceramento, quando a morte de uma pessoa próxima ou um rompimento amoroso vem arrombar uma vida. O desamparo da separação também está no cerne da problemática edípica, através do drama da criança parada à porta do quarto dos pais. Os efeitos regressivos provocados pela dor das separações são comuns na vida psíquica, como uma jovem paciente que antecipa um possível rompimento sentimental por vir mantendo, por precaução, potinhos de papinha para bebê no refrigerador. Nenhum neurótico, por mais “leal” que seja, está totalmente ao abrigo de um momento “limítrofe”, depressivo ou aditivo num momento de separação traumática. Antes de poder dizer-se que “perder um é ganhar dez”, antes que o objeto possa ser substituído, ninguém pode evitar um longo tempo de perlaboração do trauma. Só que nem todo mundo está no mesmo barco psíquico, se não em relação às experiências históricas de separação, principalmente pelo tratamento que elas recebem.

É ao próprio Freud que devemos o modelo mais convincente do que seja um tratamento psíquico bem-sucedido da experiência de separação. Já que aquela



pobre criança do jogo do carretel (1916-1920, p. 284 *et seq.*) é inundada por comentários, tentarei ser sucinto. O jogo do carretel é um jogo de separação, mais exatamente um modo de *brincar* com ela. Um jogo em quatro episódios. Como Pierre Fédida considerava muito importante instalar uma melancolia genérica no cerne da vida psíquica em geral, ele insistiu, no seu livro *L'absence* (1978), no primeiro tempo particularmente. Ele vem antes do carretel e do cordão, antes da possibilidade de fazer voltar um objeto que, uma vez lançado, não pode senão desaparecer. Jogo do *desaparecimento* e não da *separação*. A criança atira tudo o que lhe cai nas mãos e, sem um adulto para buscar, logo ficará sem munição. “O objeto ou a criança que o joga longe, qual dos dois desaparece?” (p. 147) – pergunta-se Fédida. A resposta está obviamente na pergunta. Esse primeiro jogo seria, portanto, o jogo de uma criança que joga com seu próprio desaparecimento, com sua própria morte, que brinca de criança morta, tanto assim que essa criança é, para a mãe, o objeto de um amor inigualável, insubstituível. Como se a criança, através do seu jogo, partisse em busca da melancolia materna, daquele lugar psíquico nela em que o objeto, caído sobre o eu, o invade e o submete por completo. Quem de nós não imaginou morrer ou desaparecer para fazer com que o ser amado finalmente compreendesse quanto lhe somos indispensáveis, quanto somos *o amor de sua vida*?

A segunda parte do jogo é a mais conhecida, a mais comentada, primeiro por Freud, em seguida por Lacan e depois por muitos outros: o-o-o... a-a-a, *fort/da*, sumiu-apareceu. Jogo de separação e ausência ao mesmo tempo. Ele mostra uma criança que venceu uma dificuldade psíquica considerável e que, por acaso, inventa a linguagem. A dificuldade, que remonta a Platão e ao *Sofista*, é a seguinte: existe um estar do não-estar? Como a mãe, primeiro objeto de amor, pode continuar *estando* se ela *não está* ali? O carretel condensa as duas coisas: a mãe presente, a mãe ausente, mas a mãe sempre. Conhecemos as condições psíquicas de tal façanha: processos fortemente constituídos de incorporação, introjeção, identificação, todos eles formas de *ser* o que nunca se pode totalmente *ter*. Ausente na realidade, o objeto de amor dispõe de uma remanescência interna que permite enfrentar a separação e não confundi-la com um desaparecimento. Como pano de fundo, podemos identificar a problemática edípica que está se delineando: se a mãe está ausente para a criança, então para quem ela está presente?

Eu gostaria de insistir no ponto peculiar de que essa sequência do jogo é uma exibição a céu aberto da sexualidade infantil: atividade, passividade, sadismo, masoquismo satisfazem-se, a excitação incestuosa alcança seu ápice, o jogo realiza uma fantasia que conjuga a posse e o assassinato e leva a criança, se não ao orgasmo, pelo menos ao júbilo. Mas não é absolutamente isso que chama a atenção



de Freud, tampouco de Lacan. Ora, a presença do sexual infantil nesse momento, no papel que lhe cabe, tem, a meu ver, uma importância prática essencial, muito mais que teórica. Porque é justamente o sexual, sua plasticidade, que permite transformar uma efração traumática, angustiante e destrutiva, num jogo muito excitante. O sexual, neste caso, não é o recalcado, ele está do lado do tratamento psíquico, a serviço da transformação. Por certo, o jogo é repetição, mas é também repetição da satisfação e não somente do trauma. Ele é mais a repetição de uma descoberta, de uma invenção, do que de um entrave. O sexual infantil (que não deve simplesmente ser confundido com Eros) não desaparece do ponto de vista da segunda tópica, contudo, ele também muda de lugar. Cede seu lugar de inconsciente por excelência às pulsões de morte, passa (em parte) para o lado do tratamento psíquico e das capacidades plásticas de transformação e sublimação, é o operador da mudança.

O terceiro episódio do jogo corresponde a um momento em que a criança é deixada sozinha pela mãe mais tempo que de costume. A quantidade traumática aumenta, a possibilidade de dar conta dela diminui. Sequência winnicottiana, por assim dizer, que põe à prova a capacidade de *playing* da criança. Como nosso pequenino é muito dotado, ou seja, muito autônomo, ele inventa uma variante na qual a libido narcísica suplanta a libido de objeto. Ele passa do jogo da separação ao jogo do desaparecimento, do *seu* desaparecimento, como se o afastamento prolongado do objeto amado ameaçasse sua própria existência. Engatinhando diante de uma psique, um espelho de pé, a criança brinca, abaixando-se e levantando-se, de desaparecer-reaparecer. A segunda sequência distinguia a criança do carretel, mas, nesta, eles formam apenas um. A criança não diz mais *fort/da* e sim *bebê/fort*. O eu do bebê tornou-se o objeto, é o que o narcisismo e seu espelho querem dizer. Jogo de recolhimento para os dias difíceis. O sexual infantil está sempre em ação, mas existe o risco de uma perda de plasticidade, portanto, de transformação. De fato, diferentemente do objeto estranho, o eu-objeto não é substituível.

A quarta sequência é referida por Freud, alguns anos mais tarde, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926, p. 284), mas esta quarta sequência bem poderia ser a primeira de todas e a condição de possibilidade da construção do jogo e de sua eficácia, de sua capacidade para tratar o acontecimento traumático. A primeira sequência era féridiana, a segunda, lacaniana (se dermos ênfase à oposição significante e à invenção da simbolização), a terceira, winnicottiana, e a quarta – na realidade, primeira – seria mais laplanchiana. Desta vez, a mãe está ali, é ela quem joga, joga pelo seu filho e, ao mesmo tempo, joga com ele. Cena de sedução, por assim dizer, cena muito sexual, em que a mãe prova o quanto é excitante e



desejável. O jogo erótico adulto que consiste em vestir-se e desvestir-se sob o olhar do outro conserva algo disso. Usando suas duas mãos juntas ou um lenço, ela brinca de fazer desaparecer/reaparecer seu rosto. “Cucu... achou!”. Cabe lembrar que nenhuma outra parte do corpo serviria, somente o rosto é capaz de equivaler ao todo, de representar o objeto total. Nem todas as mães – longe disso – são capazes de jogar esse jogo, de encenar seu próprio desaparecimento, de transformar o sofrimento da separação numa erótica da ausência. Será que uma criança consegue brincar com tanto prazer com o carretel sem ter sido introduzida por esse caminho pelos jogos das mãos de sua mãe? As análises de crianças mostram abundantemente quanto as autnomias falhas têm sua fonte nas angústias maternas de separação. Por detrás de uma criança que não consegue soltar sua mãe, que não consegue se desgrudar dela, há uma mãe que não *pôs completamente no mundo* seu filho. Não basta sair do ventre para *nascer* – “separação” deriva de *parere*, “parir”.

O sexual infantil, primeiramente aquele do inconsciente materno, lança mão de todos os meios de coexcitação, é capaz de transformar um acontecimento traumático num jogo erótico, um jogo que os adultos jogam essencialmente nas plataformas de trem ou nos aeroportos, mas com um lenço de nariz e não com um lenço de pescoço. A questão prática poderia ser formulada da seguinte maneira: a psicanálise e a dinâmica da transferência são capazes de ensinar a brincar com o carretel alguém que a separação/o desaparecimento não faz rir absolutamente? Muitos aspectos da situação analítica evocam a configuração do jogo freudiano, notadamente o par formado pelo “autoerotismo da transferência”, pelo lado do analisando (Fédida), e o modo de ausentar-se, pelo lado do analista, exceto quando este interpreta, como para dizer “cucu, aqui estou eu!”. O dispositivo analítico dirige-se primeiramente àqueles que sabem jogar com o carretel, que não só suportam a ausência, mas que esta também excita. Como a psicanálise pode reinventar-se para enfrentar configurações psíquicas que não jogam esses jogos, ou mesmo que se recusam vigorosamente a fazê-lo?

Constata-se, nesses casos, um duplo deslocamento: o primeiro dirige a atenção de maneira privilegiada para as fronteiras do *setting* (prefiro esta palavra àquela de “enquadre”, que peca por não jogar), o segundo se volta para a contratransferência. O primeiro deslocamento leva do conteúdo às formas, às condições do exercício. O segundo põe em primeiro plano o inconsciente do analista, o inconsciente do “adulto”. Um duplo deslocamento que nos leva ao ponto anterior ao jogo, na esperança de torná-lo eventualmente possível.

Quando o avô, Sigmund, observa seu neto, Ernst, brincar com o carretel, o menino tem 18 meses. Nada é especialmente precoce nele, como observa Freud,



mas a criança respira saúde psíquica, perfeitamente capaz de estar sozinha (na presença de um *Nebenmensch*), sem dificuldade de acesso aos processos de simbolização. Não existe quase nenhuma chance de que uma análise de 18 meses permita que um analisando incapaz de metabolizar a separação o faça. Tal construção psíquica é também uma questão de tempo. Para que o corte temporal efetuado por uma separação seja psiquicamente admissível – “o objeto estava ali, não está mais, ele voltará” –, para que possa estabelecer-se a tríade passado-presente-futuro, é necessário ainda dispor, em pano de fundo, de um continuum, de uma continuidade de ser que não permita que o corte se transforme em despedaçamento. Há pouco a acrescentar aqui ao que Winnicott teorizou. Como ele diz, são períodos do tratamento analítico em que o analista não tem outra coisa a oferecer ao paciente além de sua pontualidade. Com esses pacientes também, podemos sentir que três sessões por semana é muito pouco. O analista atende com hora marcada, numa duração constante, não transfere nem desmarca sessões como bem entende, não morre, suas férias têm datas regulares; mesmo que se aborreça, isso não o destrói, se adormecer, incrimina-se a si mesmo. Ele não suporta, ele porta, a continuidade de ser psíquica do analista não é menos importante que aquela do dispositivo. Quando essa permanência, essa paciência, opera, quando é fecunda, ela é, para o paciente, como uma interpretação silenciosa do caos que desorganiza sua própria relação com o tempo. No que diz respeito à interpretação em si, o único ato que o analista possa cometer, não é raro que se deva esperar para encontrar seu uso. Pode-se compreender isso sem muita dificuldade: toda interpretação é, no fundo, uma *separação*, ela rompe o presente da transferência, sua ilusão, para remeter de alguma maneira o analisando à criança que ele foi, e que ele foi com outro que não é o mesmo que o porta hoje.

Consideremos a hipótese de um paciente X, a quem a permanência do *setting* analítico permite realizar a experiência inédita da confiança num ser próximo. Com base nessa aquisição, sempre mais ou menos frágil, como a capacidade de separação pode ser adquirida? Toda resposta um pouco desenvolvida seria necessariamente singular a cada vez. No entanto, notei várias vezes o uso de um dado particularmente precioso do dispositivo: o pagamento das sessões faltadas. O que faz certos pacientes neuróticos resmungarem, chegando a uma cena doméstica transferencial, o que enfurece outros pacientes com sentimentos persecutórios é às vezes aceito em silêncio por certos pacientes *borderlines*. É o caso de Júlia. Além de nunca ser pontual, de sempre fazer esperar, ela falta seguidamente. Ela nunca falta uma semana inteira ou mais, ela procede por alternância, um dia vem, outro falta. O pagamento nunca esteve em questão. Essas ausências nunca são previstas, nenhum deslocamento de sessão foi solicitado



uma única vez. E, sobretudo, o ponto essencial é o fato de nunca avisar. Se não for exatamente o jogo do carretel, isso é parecido, com o analista no papel do carretel. Depois de um tempo de análise já longo, ela explica que, se avisar, “a sessão não acontece”.

As palavras são simples, mas a complexidade psíquica subjacente a essa expressão é particularmente grande. Júlia é uma paciente angustiante, e essa angústia contratransferencial se deve ao fato de que eu a espero sem poder fazer outra coisa quando ela não vem. Sua presença psíquica alcança então seu ponto máximo, é mais forte do que quando Júlia está no divã. Ela diz também não poder preencher normalmente o tempo da sessão à qual não comparece. A sessão ocorre, mesmo que estejamos a quilômetros de distância um do outro. Quem sou eu nessa história? Tanto a mãe que ela nunca teve, que nunca a *esperou* dessa maneira, quanto ela mesma, criança angustiada que não sabe estabelecer a diferença entre ausência e desaparecimento. O que faz com que tudo isso não seja angústia e repetição, mas permita que a experiência da separação se constitua pouco a pouco? Onde se situa a parte do jogo? Júlia nunca dá as razões de sua ausência, e eu nunca lhe pergunto. Como se, sem muito saber, apenas de modo intuitivo, nós dois percebêssemos que não se trata de se ausentar *para* ou *porque...*, mas que a ausência não tem outra finalidade além dela mesma, ou antes seu contrário: experimentar a *presença* psíquica daquele que se ausenta. Estar ausente para estar presente, para faltar. Creio que não é exagero dizer que as ausências de Júlia eram então, paradoxalmente, as manifestações mais fortes de seu amor de transferência.

A contribuição decisiva da contratransferência para essa sequência (aqui sob a forma da espera angustiada) mostra a que ponto a análise, num momento como esse, é um processo sem sujeito. Quem conduz? Quem dirige o tratamento? Uma convivência inconsciente da qual, a meu ver, pode ser danoso se libertar rápido demais. Se o analista compreender cedo demais o que está acontecendo, ele dificilmente resistirá às sereias da interpretação, correndo o risco de romper um movimento que visa, acima de tudo, poder desenrolar-se até o fim. A contratransferência, nesse tratamento analítico, assumiu também outra forma mais clássica, aquela de um ato cometido, de uma transgressão. Minha inquietação com Júlia ultrapassou, em dado momento, os recursos de minha paciência. Eu lhe disse o seguinte: “Com você, é inútil formular a regra fundamental convencional de dizer tudo o que passa pela sua mente... você não faz nada diferente disso. Seria necessário reinventar a regra e dizer, por exemplo: Venha às sessões”. Efeito imediato, para não dizer definitivo, eu acabava de reinventar a psicanálise só para ela, indiscutível cena de sedução, aqui, sem dúvida, mais aquela de um homem, de um pai, do que a de uma mãe. Como se o próprio analista, nesse momento,



introduzisse um sexual até então muito etéreo. Lembremo-nos dos múltiplos atos de sedução de Winnicott tais como são relatados por Margaret Little no depoimento de sua análise com ele: aumentar o tempo das sessões, oferecer bolinhos...

O sexual infantil pode muito bem estar relativamente ausente de um material dominado pelo vital, pela destrutividade, porém é duvidoso que a análise possa fazer seu trabalho de transformação (não somente de cura) sem que a plasticidade do sexual se aproprie da transferência e da contratransferência. A histerização de Júlia demonstrará isso, principalmente seu modo de se tornar sensível ao que ela chama de meus *ratés* [falhas, fracassos], por exemplo, quando ela me ouve rir. Histerização, no entanto, não é histeria, pois a primeira confunde-se com o vetor da transferência e, na maioria das vezes, é um erro técnico interpretá-la. Aquilo que encontra sua dinâmica em Júlia fracassa em se constituir em Amélie. Estas duas mulheres dão o retrato de mães relativamente semelhantes. daquelas mães que deram muito pano para mangas, desde o artigo inaugural de Hélène Deutsch sobre as personalidades *as if* até a mãe depressiva e caótica de Winnicott, ou a mãe morta de Green. Essas mães trazem talvez a pergunta mais difícil relacionada com a problemática da separação: como separar-se de alguém que não está presente *quando está ali presente*? A fixação, a adição da criança ao ser para o qual ela não existe, ao qual ela é indiferente, é um dos mais dolorosos paradoxos. Compulsão à repetição obriga, isso resulta em vidas afetivas adultas muito desprovidas, quando a escolha é por determinação negativa: escolher como companheiro aquele para quem não se conta.

Infelizmente, Amélie nunca falta às sessões, ela vem sempre. Em primeiro lugar, ela aproveitou a análise, mais pelo modo da cura do que da mudança, principalmente sua fragilidade narcísica, que encontrou na “benevolência” daquele que a ouve um precioso contraponto, uma nova fonte para a autoestima, até o dia em que se desfez a ilusão transferencial, a ilusão da encarnação. “Nunca poderei falar com *você*.” Subentenda-se: falar com um psicanalista nunca é encontrar sua pessoa. *Falar com nenhuma pessoa*, o jogo de palavras que salva Ulisses da violência do ciclope define, ao contrário, o trágico de Amélie. Ela nunca falou com seu pai ou sua mãe, eles nunca falaram com ela... é claro que as palavras não faltaram, tampouco os bate-papos, mas entre falar e ouvir, este trajeto que transforma as palavras pronunciadas num *acontecimento*, numa “palavra plena”, ela não experimentou. O paradoxo está no fato de que esse momento de desilusão é mais do que nunca transferencial, que atualiza pais que não podem ser encontrados, que são desencarnados, indiferentes.

Como sair disso? O que fazer? De onde pode vir o passo para fora que liberaria uma análise como essa de sua forma quase tautológica: sempre falei



com ninguém, e isso continua, o próprio princípio da psicanálise me condena a isso... Como fazer para que essa análise não se torne interminável, para que possamos nos separar? Para se separar, é preciso se encontrar. É duvidoso que se consiga sem que a contratransferência se intrometa, a mesma que, de repente, faz existir a pessoa do analista. O problema é que não se pode fazer técnica do ato contratransferencial, a menos que se transforme a condução do tratamento em manipulação. Não direi a Amélie: “Para você, seria preciso reinventar a regra: de vez em quando, ausente-se... e pague as sessões faltadas”.

Ao sabor da experiência, a psicanálise alterna êxitos e fracassos, ainda que se deva evitar atribuir a cada uma dessas palavras um valor muito grande. Calcula-se quanto o artigo de Freud de 1937, *Análise terminável e interminável*, teve valor programático para o futuro de nossa prática. Esse texto contém uma frase que geralmente passa despercebida e que, no entanto, desloca sensivelmente o lugar psíquico da tarefa prática, uma vez que à finalidade primordial, o levantamento do recalque secundário, sucede a nova perspectiva, a correção do recalque originário. No primeiro caso, a sexualidade infantil é o que está em jogo no tratamento, ela é que deve ser liberada nele para que sejam encontradas outras saídas além do entrave do sintoma. No segundo caso, é a sexualidade infantil que permite ao trabalho da transferência e da contratransferência dar plasticidade psíquica àquilo que se enquistou, imobilizou e que não é, necessariamente, de natureza sexual, ou não o é somente.

Entre êxito e fracasso, há muitas situações intermediárias, em que algo da angústia ligada à separação se elabora sem que se apaguem, contudo, os traços do antigo sofrimento. Faltavam apenas algumas sessões para o término da análise de Valentine, que coincidiria, como combinado, com as férias de verão. Ela se perguntava se voltaria a me ver algum dia, se poderia me telefonar se necessário, se poderia me escrever de vez em quando... perguntas sérias, mas enunciadas com leveza e uma ponta de humor. Eu acompanhei o movimento no mesmo tom:

– Uma palavrinha no Ano Novo?

Após um breve silêncio, ela diz: “Não, melhor no Dia das Mães!” □

Abstract

Transference and separations

Each analysis perceives the separation of the two protagonists its own way, according to transference and its modalities, always unique. The most interesting case is certainly the one in which the separation is in the core of the issue, when



the psychic impossibility of separating prevails over the patient's sex life, relations and symptoms – one of the symptoms being, sometimes, the multiplication of the “psy”-type experiences, to the point of addiction. A cynical amusing saying goes: “What is a borderline state? Someone who went through two analysis and three psychotherapies”. The challenge launched to psychoanalysis may be formulated in the following terms: how much does the psychic experience of the treatment may construct or eventually create the capacity of separating when this is deficient or has not been constituted? The acquisition of separation results from a psychogenesis which may fail, entirely or partially. Would the dynamics of transference have means to remediate it? We imagine that the answer is neither simply affirmative, nor simply negative, since each analyst with any experience with borderline patients may certainly illustrate a contrasting experience.

Keywords: Separation. Transference liquidation. Absence. Infantile sexuality. *Fort/da*.

Resumen

Transferencia y separaciones

Cada análisis concibe la separación de dos protagonistas a su manera, según la transferencia y sus modalidades siempre originales. El caso más interesante es seguramente aquel en que la separación está en el ámbago de la cuestión, cuando la imposibilidad psíquica de separarse prevalece sobre la vida sexual, relacional y sintomática del paciente – uno de los síntomas siendo, a veces, la multiplicación de las experiencias de tipo “psi”, pudiendo llegar a la adicción. De acuerdo con un dicho ingenioso cínico, se decía: “¿Qué es un estado-límite? Alguien que hizo dos análisis y tres psicoterapias”. El desafío lanzado al psicoanálisis podría formularse con los términos siguientes: ¿en qué medida la experiencia psíquica del tratamiento puede construir, o eventualmente crear, la capacidad de separarse cuando esta es deficiente o aún cuando no se ha constituido? La adquisición de la separación resulta de una psicogénesis que puede fracasar totalmente o en parte. ¿La dinámica de la transferencia contaría con medios para remediarla? Se imagina que la respuesta no es ni sencillamente afirmativa, ni sencillamente negativa, pues cada analista tuvo alguna experiencia con pacientes *borderlines* que podrían, seguramente, ilustrar una experiencia contrastante.

Palabras llave: Separación. Liquidación de la transferencia. Ausencia. Sexualidad infantil. *Fort/da*.



Jacques André

Referências

FÉDIDA, P. (1978). *L'absence*. Paris: Galliamard.

FREUD, S. (1915-1917). *Oeuvres complètes de psychanalyse*. v. 14, Paris: PUF, 2005. p. 470 (GW, p. 471).

_____. (1916-1920). *Oeuvres complètes de psychanalyse*. v. 15. Paris : PUF, 1996.

_____. (1926 [1925]). Inhibition, symptôme et angoisse. In: *Oeuvres complètes de psychanalyse*, v. 17, 1992.

_____. (1937). Analyse avec fin, analyse sans fin. In: *Résultats, idées, problèmes II*. Paris: PUF, 1985.

Recebido em 28/05/2012

Aceito em 11/06/2012

Tradução de **Vanise Dresch**

Revisão técnica de **Suzana Deppermann Fortes**

Jacques André

18 rue Didot,

75014 Paris, França

e-mail: andre.jac@wanadoo.fr

© Jacques André

Versão em português Revista de Psicanálise – SPPA